

Sem discurso, não há república: Hannah Arendt e a tradição republicana

Without discourse, there is no republic:
Hannah Arendt and the republican tradition

Elivanda de Oliveira Silva

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8688-9709> – E-mail: elivandaos@gmail.com

RESUMO

Apresentaremos neste artigo um percurso teórico que exemplifica o modo como o discurso foi pensado ao longo da história das ideias, situando-o no contexto moderno das disputas que configuram o domínio político. O objetivo é aproximar a interpretação de Hannah Arendt com a de alguns autores da tradição republicana e demonstrar que sem a valorização do discurso, como prática institucional relacionada à vivência política dos atores, não se funda um governo em sua vertente republicana.

Palavras-chave: Discurso. Domínio político. Tradição republicana. Governo.

ABSTRACT

In this article, we will present a theoretical path that exemplifies the way the discourse has been thought throughout the history of ideas, placing it in the modern context of the disputes that configure the political domain. The objective is to bring Hannah Arendt's interpretation closer to that of some authors of the republican tradition and to demonstrate that without the valorization of discourse, as an institutional practice related to the political experience of the actors, a government in its republican aspect is not established.

Keywords: Discourse. Political domain. Republican tradition. Government.

Arendt afirma em *A condição humana*, que nenhuma outra atividade depende tanto do discurso quanto a ação política. Em se tratando da historiografia política concernente a diversos períodos, o que se constata é que, no contexto de grandes disputas políticas e de busca pela hegemonia do poder, de forma positiva ou excludente, os homens sempre recorreram ao discurso. Em certos momentos, os homens de ação o utilizam para dirimir conflitos, na tentativa de preservar o poder e conquistar o apoio do povo; em outros o é utilizado por tiranos e ditadores como instrumento de alienação para afastar os cidadãos da vida cívica, e por fim, pode ser totalmente dissociados da vida comunitária, como o foi no período medieval, em que a retórica foi utilizado apenas do ponto de vista educacional (gramática) nas universidades ou conforme o uso lógico que os escolásticos fizeram dela; e ainda nos movimentos totalitários que assolou a Europa no século XX, em que o discurso foi substituído pela propaganda e os cidadãos foram silenciados. Contudo, a despeito dessas diversas formas de significar o discurso em âmbito público, Arendt lhe reserva um lugar especial na constituição do mundo comum. Em *A condição humana* ela afirma:

Para ser o que o mundo é sempre destinado a ser, um lar para os homens durante sua vida na Terra, o artifício humano tem de ser um lugar adequado para a ação e o discurso, para atividades não apenas inteiramente inúteis para as necessidades da vida, mas de uma natureza inteiramente diferente das múltiplas atividades de fabricação por meio das quais o próprio mundo e todas as coisas nele são produzidos (ARENDR, 2010, p.217).

Ora, embora a arte de falar seja condição imprescindível da vida cívica de uma comunidade, nem sempre teve esse lugar na Antiguidade. Esse foi o diagnóstico de Helton Adverse ao analisar a relação entre retórica e política no humanismo cívico italiano, e concluir que é somente com a cultura que surge com os *hommes de lettres* do Renascimento italiano que a retórica voltará a ser valorizada e seus laços com a política refeitos, pois durante a Roma imperial e a Idade Média, a retórica teve seu valor ofuscado, pois estava sob o jugo de governos impopulares cujas ações eram um insulto ao interesse comum. É esse contexto, que o levou a afirmar que “se o espaço público não pode dispensar a oratória, a arte retórica teve, devido às circunstâncias políticas, seus laços com a vida pública enfraquecida” (ADVERSE, 2009, p.120).

O estudo da oratória somente foi compreendido como essencial na formação do homem público na Atenas dos séculos V e IV a.C, na Roma republicana, e mais tarde nas cidades italianas do Renascimento. Jean-Pierre Vernant em sua obra *As origens do pensamento grego* destaca o lugar de superioridade ocupado pela palavra, pelo diálogo e pela persuasão na constituição da *polis* e na formação do homem grego. Para o autor, “o que implica o sistema da *polis* é primeiramente uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder” (VERNANT, 2013, p.53). A palavra, ressalta o autor, “torna-se o instrumento político por excelência, a chave de toda autoridade no Estado, o meio de comando e de domínio sobre outrem” (VERNANT, 2013, p.53-54). A conclusão de Vernant é que há uma relação estreita, um vínculo indissociável entre política e linguagem, entre política e *logos*, pois “a arte política é essencialmente exercício da linguagem; e o *logos*, na origem, toma consciência de si mesmo, de suas regras, de sua eficácia, por intermédio de sua função política” (VERNANT, 2013, p.54).

Nessa mesma linha argumentativa, Hannah Arendt nos lembra no II capítulo de *A Condição Humana*, ao discutir sobre as especificidades dos domínios público e privado, que na Antiguidade, as atividades por excelência que constituem o *bios politikós* eram a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*). Portanto, somente estava apto a participar do espaço público da *ágora* e da *ekklesia* quem já estivesse liberado de tudo o que o constrangesse ou que fosse apenas útil e necessário para a sua sobrevivência, pois somente na condição de liberdade, poderia iniciar um

diálogo entre iguais. Surgia, então, o cidadão que fala, argumenta e delibera utilizando a palavra como instrumento de persuasão do outro com o qual estabelece o diálogo a fim de que estabeleçam a construção de um mundo comum. Entre iguais, a disputa (*polemos*) ocorre pelo diálogo, pelo convencimento por meio do discurso como forma superior do relacionamento entre os cidadãos. Nesse sentido, o modo político de deliberar sobre os assuntos públicos excluía a violência, pois o convencimento pela palavra é realizado respeitando a pluralidade do outro e os acordos efetivados mediante a palavra viva.

Ser político, viver em uma *polis*, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência. Para os gregos, forçar pessoas mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *polis*, característicos do lar e da vida em família, em que o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparado à organização familiar (ARENDR, 2010, p.31-32).

Arendt compreende que a *pólis* é o espaço por excelência da palavra, portanto da liberdade e não da necessidade. E assim o é, porque nesse espaço através da ação e do discurso os homens podem aparecer: "Sem dúvida a *pólis* e toda a esfera política eram um espaço de aparência construído pelo homem, onde as ações e palavras humanas eram expostas ao público, que atestava a realidade delas e julgava seu valor" (ARENDR, 2011, p.144).

Na Roma republicana, o autor que mais contribuiu para refazer o vínculo entre retórica e política que havia sido desfeito com a cultura escolástica do medievo foi Cícero. Encontramos nas *Catilinárias* e no *De oratore* de Cícero uma amostra de como o discurso é intrínseco à vida pública. As *Catilinárias* são um conjunto de quatro discursos pronunciados em 63 a.C por Cícero contra as conspirações e investidas do aristocrata Lúcio Sérgio Catilina, que não aceitando o resultado das eleições a favor de Cícero, a qual o levou ao cargo de cônsul da república romana, buscou dissolver o Senado, tomar o poder e matá-lo. Contudo, vale dizer que, a insatisfação de Catilina contra Cícero não resultava do compromisso em realizar algo melhor e mais nobre pela república e seus cidadãos, mas derivava do fato de Catilina desejar deter o poder a qualquer custo para pagar dívidas com credores que ambicionavam apoderar-se do governo da República e, para tanto, iniciaram uma perseguição ao aristocrata.

Nesse episódio, o discurso proferido por Cícero a partir de um acontecimento vivenciado por ele revela não apenas o cidadão republicano que o autor era, mas também que em âmbito republicano, o discurso prima pelo cuidado com a *Res publica* e as instituições que a constituem, ou seja, rechaça interesses particulares e prima pelo bem público. Dito de outro modo, o discurso quando utilizado sem a devida preocupação com a *Res publica* e com as instituições que a sustentam, as quais devem tomar como pressuposto as leis da cidade, perde sua dimensão pública e republicana, passando a ser uma fala vazia e técnica, sem significado político.

No *De oratore*, diálogo escrito em 55 a.C, Cícero reivindica os vínculos da oratória com a política, e a eleva à arte mais importante daquele que deseja se preparar para o exercício da vida pública. Assim, ao orador político, não basta apenas ter talento, expressar um discurso técnico e ter gestos graciosos, uma vez que essas habilidades somente encontram sua excelência quando aplicada aos afazeres cívicos. A arte da oratória, não apenas exige dos homens de ação certa desenvoltura no falar, mas requer conhecimento sobre do que se fala, ou seja, é necessário unir sabedoria e virtude cívica, pois o que está em questão não é apenas a eloquência ou um conteúdo previamente elaborado para persuadir determinada plateia, mas a dimensão ética e política do conteúdo expresso e daquele que discursa.

Segundo penso, nenhum orador poderá ser cumulado de toda a glória se não atingir o conhecimento de todos os grandes temas e artes. E, de fato, é preciso que o discurso floresça e se torne exuberante devido ao conhecimento dos temas. A não ser que, sob a superfície, esteja o entendimento e conhecimento do tema por parte do orador, ele terá uma elocução vazia e quase pueril (CÍCERO, 2009, p.151).

A concepção de retórica que Cícero apresenta não exclui a filosofia, ao contrário, só se torna eficiente quando se apoia em um saber, que desde a sua origem foi considerado o conhecimento dos princípios gerais, pois o orador não pode se contentar em enunciar um discurso sem consideração pelo conteúdo e o exame anterior do assunto sobre o qual se fala. É preciso que a fala, os gestos, a persuasão e a beleza da comunicação estejam unidas aos mais variados campos do saber: filosofia, direito, política, leis, história, arte.

A exigência de uma formação amparada em uma cultura geral para aquele que deseja tornar-se orador, segundo Crassus, personagem principal do diálogo, é imprescindível, pois essa formação o tornará preparado a desconfiar de determinados conteúdos que são superficiais e nada contribuem para a vida pública e a defesa das *causae civis*. A persuasão destituída de virtudes cívicas não tem utilidade para a cidade, atingindo outra finalidade que não o bem comum. Helton Adverse esclarece que “a persuasão não pode ser desprovida de informação, nem a *ratio* da *oratio*. Apenas obedecendo a esses preceitos o orador poderá fazer com que seu discurso seja capaz de *probare, delectare e movere*” (ADVERSE, 2009, p.127). No mais, a retórica desprovida de conhecimento seria ineficaz diante da grandeza de sua tarefa, que é a de unir os homens sob o as normas da cidade com o intuito de torná-los civilizados.

Mas, passando já ao que é mais importante, que outro poder foi capaz de reunir os homens dispersos num único lugar, ou conduzi-los da vida selvagem e bruta para nosso atual tipo de vida, humano e em sociedade, ou, ainda, depois de constituídas já as cidades, estabelecer leis, tribunais, direitos? (CÍCERO, 2009, p.153).

Cícero, ao associar o discurso e a fala ao âmbito político como os modos pelos quais os homens alcançam excelência e distinguem-se dos animais, o faz retomando um lugar-comum da cultura antiga expresso por Aristóteles: a capacidade de pensar e a linguagem como modo de organização da vida comunitária e condição de humanidade dos homens. Para Aristóteles, a compreensão do homem como ser político expressa a ideia de que ele é o único ser dotado de capacidade discursiva, e que é capaz de fazer da linguagem um uso compartilhado com outros homens para estabelecer fins comuns, e assim se distinguir dos demais animais gregários.

Que o homem seja um animal político no mais alto grau do que uma abelha ou qualquer outro animal vivendo num estado gregário, isso é evidente. A natureza, conforme dizemos, não faz nada em vão, e só o homem dentre todos os animais possui a palavra. Assim, enquanto a voz serve apenas para indicar prazer ou sofrimento, e nesse sentido pertence igualmente aos outros animais [...] o discurso serve para exprimir o útil e o prejudicial e, por conseguinte, também o justo e o injusto; pois é próprio do homem perante os outros animais possuir o caráter de ser o único a ter o sentimento do bem e do mal, do justo e o injusto e de outras noções morais, e é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade (ARISTOTELES, 1982, I, 2, 1253 a, 7-12).

Cícero retoma essa ideia nos seguintes termos:

Distinguimo-nos sobremaneira dos animais unicamente por conversarmos uns com os outros e sermos capazes de expressar nossos pensamentos por meio da palavra. Sendo assim, quem não há de admirá-la com razão, e julgar que deva dedicar-se a ela de modo a superar os homens na única coisa em que estes distinguem-se dos animais? (CÍCERO, 2009, p.153).

O que é importante para o propósito deste artigo é ressaltar que esse movimento de reconhecimento da dignidade da vida ativa e a superioridade da vida pública e das demais atividades que estão diretamente associadas a ela, como a ação política e o discurso, cujo imperativo é a preocupação com os negócios da cidade e a garantia de um espaço no qual os cidadãos possam expressar sua liberdade é um dos pontos que revela o interesse de Arendt pelo tema da *Res publica*. O reconhecimento do discurso como condição imprescindível para a vida cívica como exposto em *A condição humana*, é uma aposta interessante que mostra seu vínculo com a tradição republicana, pois como dissemos foi com Cícero que a retórica foi recuperada, e com os humanistas cívicos que o discurso passou a ser o constitutivo da política, como indica Newton Bignotto.

É verdade que os medievais conheciam e desenvolviam várias formas de retórica. Ela ocupava um lugar de destaque na formação de algumas universidades ou, no contexto italiano, dos que iriam tratar de negócios notariais e afins. O que os humanistas desenvolveram, no entanto, foi algo mais do que a simples continuação das técnicas conhecidas do passado. O que eles recuperaram foi o valor do discurso para a vida pública. Nesse sentido, podemos dizer que a retórica deixou de ser um apêndice das atividades políticas para se incorporar a seu núcleo principal. Falar bem fazia parte de uma cidade que pensava seus membros como integrantes de um espaço comum dentro do qual era possível convencer os outros de suas próprias ideias (BIGNOTTO, 2008, p.52).

O reconhecimento da retórica com parte inseparável da vida cívica pelos humanistas italianos pode ser conferido nos *Dialogi* de Leonardo Bruni (1370-1444) no início do *Quattrocento*. O diálogo para Pier Paolo Vergerio nos dá uma mostra do lugar especial que o discurso e a arte da argumentação ocupavam nos círculos dos cidadãos, chanceleres e secretários das cidades italianas do Renascimento. Embora, o diálogo seja importantíssimo para as teses de Baron da ruptura no começo do *Quattrocento*¹, o que não passa despercebido é a defesa do discurso e da eloquência como os termômetros de uma cidade que tem a pretensão de ser uma pátria ilustre e nobre para os seus cidadãos, realizado pelo personagem de Coluccio Salutati em intenso debate com outros dois personagens do diálogo, Niccolò Niccoli e Roberto Rossi. Assim, logo no início do diálogo, Salutati, através de seu personagem, enfatiza a importância das discussões públicas:

É impossível dizer, meus jovens amigos, quanto prazer eu sinto em encontrar-vos e ficar convoco, a quem dedico um afeto particular pelos hábitos e pelos estudos comuns, por vossa devoção para comigo, razão pela qual vos dedico um especial afeto. Apenas em um ponto que, no entanto, é importante, eu não os aprovo. De fato, noto que, enquanto em todas as coisas que dizem respeito aos vossos estudos, colocais todo o cuidado e a atenção conveniente para os que querem ser tidos por acurados e diligentes, vejo que uma coisa deixastes de lado, sem muita preocupação com seu proveito: é o hábito da discussão, que não sei se é possível encontrar algo mais profícuo para vossos estudos do que ele (BRUNI, 2001, p.259).

Na seqüência do diálogo, a exaltação do discurso ganha ainda mais ênfase, pois segundo o personagem de Salutati, nada “pode servir mais adequadamente para aguçar a inteligência, a torná-la hábil e sutil, do que a discussão” (BRUNI, 2001, p.259). Será através das conversas cívicas que os cidadãos se tornarão melhor preparados para analisar os conflitos na cidade, refletir, observar e examinar os fatos. Desenvolvendo essas habilidades, a conclusão de Salutati é a de que “o espírito, excitado por tais exercícios, torna-se mais rápido para discernir todos os outros

¹ Hans Baron, em sua obra *The Crisis of the early Italian Renaissance*, esclarece que os acontecimentos e mudanças que marcaram o ano de 1400, nas cidades-estados italianas, foram decisivos para a compreensão do nascimento de uma nova maneira de conceber o homem e sua relação com o mundo. Um dos textos que foi importante para Baron chegar a essa conclusão, foi os *Dialogi* de Leonardo Bruni, especialmente o diálogo para Pier Paolo Vergerio.

argumentos”, exatamente porque “tudo isso refina nossa fala e nos torna senhores do discurso” (BRUNI, 2001, p.259).

Realizado esse passeio hermenêutico sobre a retórica, conclui-se que um regime republicano e suas instituições não dispensam o discurso, mas o entendem como algo que os definem. A dimensão republicana é compreendida exatamente por que garante aos cidadãos não apenas um espaço para palavra, o debate, a discussão e o diálogo, mas um lugar de organização da existência em comum. Esse modo de vida em comum não é uma condição intrínseca à natureza humana, como Aristóteles pensou, mas é garantido pelos acordos que surgem a partir da teia de relações construídas sob o impacto da ação e a égide das leis de uma comunidade. A oportunidade de expressar um ponto de vista, de poder ser visto e ouvido, de discordar do que se é publicizado, pois o cidadão está amparado perante as leis, certamente são aspectos da política que se coaduna com os princípios do Republicanismo e que permeiam a obra política de Hannah Arendt.

O lugar do qual Arendt tece suas considerações quando examina a relevância do discurso nas atividades que constituem os negócios humanos e a vida ativa, é o solo árido que empobreceu o campo político na modernidade, que ao dá a vida pública um outro sentido que não o que lhe foi atribuído desde suas origens na Grécia, retirou-lhe os sedimentos necessários para o cultivo de um terreno politicamente fértil. Na modernidade, cada vez mais a ação política e o discurso foram se descolando da política e do cotidiano dos homens para atender as demandas de uma nova visão de mundo, marcada pelo implemento da máquina, da tecnologia, da linguagem científica e do fazer utilitário, e também do crescimento do social, em que o discurso perde o caráter plural e se restringe a esfera privada e íntima, em que a fala se restringe às conversas familiares com conteúdos destituídos de um caráter político². O resultado foi a constituição de uma sociedade apática, em que a voz, o diálogo essencial ao inter-relacionamento humano e a participação cívica são ofuscadas, seja para justificar o progresso científico ou ainda para atender as necessidades biológicas do *animal laborans*, que ao estabelecer a vida como o bem supremo procura com o *labor* do seu corpo torná-la mais fácil e longa.

Arendt afirma que, a despeito dos avanços das ciências, das descobertas científicas e do desenvolvimento tecnológico, a situação de distanciamento entre homem e mundo provocado pelas ciências tem grande importância política, pois o que está em jogo é precisamente uma tentativa de instaurar uma nova compreensão da realidade fundamentada em um tipo de discurso específico das atividades desenvolvidas pelos cientistas. Contudo, caso a percepção humana acerca da realidade mundana, dos comportamentos e atitudes socioculturais de homens e mulheres fossem ajustadas “ao estado atual de realização científica, adotaríamos deveras um modo de vida no qual o discurso não teria mais sentido” (ARENDR, 2010, p.04), e isso precisamente pelo fato “de que se movem em um mundo no qual o discurso perdeu seu poder” (ARENDR, 2010, p.05).

Este é um aspecto essencial para compreendermos o lugar que a palavra e o discurso ocupam na concepção de política de Arendt. O discurso por ter o caráter público alcança sua excelência e grandeza em espaços também públicos, como nas assembleias, nos conselhos, nas instituições, pois são nesses espaços nos quais os homens podem experimentar sua condição de ser livre e igual, diferente, portanto, do âmbito do *oikos*, ou da redoma do cientista. Celso Lafer afirma que o espaço público da palavra e da ação é essencial na constituição de uma forma de governo republicana, pois “existem no mundo muitos e decisivos assuntos que

² “A nossa capacidade de ação e de discurso perdeu muito de seu antigo caráter desde que a ascendência do domínio social banuiu estes últimos para a esfera do íntimo e do privado” (ARENDR, 2010, p.60).

requerem uma escolha que não pode encontrar o seu fundamento no campo da certeza”, (LAFER, 1995, p.350-351), sendo assim, o debate público existe “para lidar com aquelas coisas de interesse coletivo que não são suscetíveis de serem regidas pelos rigores da cognição e que não se subordinam, por isso mesmo, aos despotismos do caminho de mão única de uma só verdade” (LAFER, 1995, p.350-351).

O discurso e a ação, em contraposição as “verdades” da moderna visão científica do mundo, demonstradas a partir de fórmulas matemáticas e comprovadas tecnologicamente não apenas são responsáveis pela construção de um mundo comum, mas são as condições básicas que possibilitam os seres humanos adentrarem ao mundo público e manifestarem-se uns aos outros, não como objetos reificados, mas enquanto homens que experimentam sua singularidade ao dá sentido ao mundo. Nas palavras de Arendt:

E tudo o que os homens fazem, sabem ou experimentam só tem sentido na medida em que se possa falar sobre. Pode haver verdades para além do discurso e que podem ser de grande relevância para o homem na medida em que, seja o que for, não é um ser político. Os homens no plural, isto é, na medida em que vivem, se movem e agem neste mundo, só podem experimentar a significação porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos (ARENDR, 2010, p.05).

Em *Homens em tempos sombrios*, Arendt utiliza o conceito de *philia* para também explicar a relevância do discurso e da palavra na constituição do mundo comum. O conceito de *philia* nos remete a Antiguidade grega e pode ser traduzido por amizade. Arendt, afirma que os antigos, diferente dos modernos, compreendiam que a amizade e o discurso eram constitutivos da vida em coletividade, pois são as conversas entre amigos que unem os cidadãos quando se deseja deliberar sobre o que é melhor para a cidade. Todavia, se, nos tempos modernos, passamos a ter dificuldade de compreender a relevância política da amizade foi porque em razão do processo de alienação do homem para com mundo, as conversas foram alocadas para a esfera da intimidade. Contudo, lembra nossa autora, “para os gregos, a essência da amizade consistia no discurso”. Eles “sustentavam que apenas o intercâmbio constante de conversas unia os cidadãos numa polis” (ARENDR, 2010b, p.33). Essa conversa entre parceiros e amigos não é uma conversa íntima, mas refere-se ao mundo comum, que sem esse diálogo constante dos amigos para significá-lo perderia todos os aspectos de humanidade que somente os homens são capazes de lhe conferir.

O que ocorre é que, embora somente o homem possa dá objetividade e humanizar o mundo, isso não acontece unicamente porque o mundo é constituído pelo artifício humano e pelos seres humanos, ou seja, o mundo não adquire o caráter de humano apenas porque humanos nele podem habitar, ou ainda porque a voz humana nele ressoa, mas apenas quando se torna objeto de discurso. Isso quer dizer que, embora possamos ser afetados por diversos acontecimentos do mundo, que nos provoca sensações, estímulos e percepções, esses acontecimentos só adquire o caráter de humanidade quando falamos e discutimos com nossos companheiros, pois “humanizamos o que ocorre no mundo e em nós mesmos apenas ao falar disso, e no curso da fala aprendemos a ser humanos” (ARENDR, 2010b, p.34).

Para dizer de outra forma, sem discurso não há mundo comum, pois não há atores políticos para narrarem suas vivências e o mundo “só se torna compreensível na medida em que muitos falam sobre ele e trocam suas opiniões, suas perspectivas uns com os outros e uns contra os outros” (ARENDR, 2006, p. 60). É “só na liberdade do falar um com o outro nasce o mundo sobre o qual se fala, em sua objetividade visível de todos os lados” (ARENDR, 2006, p. 60).

O discurso e a arte de falar em público, seja para a tradição republicana, seja para Arendt, foi compreendido como a condição que torna o homem um ser político e o que o faz ser

compreendido junto aos demais com os quais compartilham através da ação e da fala o mundo comum do qual fazem parte. Arendt e os autores do Republicanismo clássico, especialmente Cícero e a tradição do Humanismo cívico que o segue, defendiam o exercício do discurso em um espaço público no qual os homens de ação pudessem proferir e defender suas ideias, e assim deliberar o que fosse melhor para a cidade³.

No V capítulo de *A condição Humana* Hannah Arendt não apenas associa o discurso à ação política, mas é enfática ao afirmar que uma vida sem discurso e sem ação é “literalmente morta para o mundo” por se realizar fora do domínio público e da convivência humana (ARENDR, 2010, p. 220-221). Para Arendt, o discurso é constitutivo da vida pública, uma vez que a política não se faz com homens em silêncio e solitários, mas só é possível a partir do convívio humano, da troca de opiniões, da fala pública e da ação em conjunto.

A interdependência entre ação política e discurso que Arendt apresenta em *A condição Humana* é um dos aspectos determinantes do movimento de valorização da vida ativa que se inicia com Cícero, se fortalece com os humanistas cívicos e é recuperado pelo republicanismo na modernidade. No entendimento de nossa autora, este vínculo é estabelecido porque “nenhuma outra realização humana precisa tanto do discurso quanto a ação. Em todas as outras realizações o discurso desempenha papel secundário, como meio de comunicação ou um mero acompanhamento de algo que poderia ser feito em silêncio” (ARENDR, 2010, p.225). Mais do que o direito do cidadão expressar o seu ponto de vista, o que está em questão é a própria existência do espaço público, e em última instância da política, que são garantidos pela teia de relações que acontece sempre que os homens se reúnem sob o impacto da ação e do discurso e da luz intensa do domínio público.

As atividades da ação e do discurso se relacionam intimamente porque ambas proporcionam aos cidadãos que se lançam nos empreendimentos públicos que as caracterizam, a oportunidade única de fazerem o seu aparecimento no mundo e revelarem suas identidades. Esse caráter revelador de quem alguém é, ocorre apenas quando os homens estão juntos e podem participar do espaço público, anunciando seus feitos e o que pretendem realizar.

Arendt nos chamou atenção para a mudez que pode imperar quando não há mais um espaço político no qual os cidadãos possam adentrar como livres e iguais, e manifestarem suas opiniões, tarefa que também foi realizada pelos autores do republicanismo moderno do século XV e XVI, que percebendo os perigos dos cidadãos perderem a liberdade, criaram outras formas de enfrentarem à onda de tirania e facções, a exemplo das assembleias e reuniões organizadas em Florença no período que se situa de 1494 a 1512, cujo objetivo era auxiliar os principais órgãos de governo no combate a corrupção e na defesa da liberdade, que se via ameaçada por diversos grupos políticos que lutavam pelo poder naqueles anos turbulentos da república florentina. A despeito das diferenças, e vivenciando realidades próprias de seu tempo, tanto Arendt como os republicanos denunciaram às forças ideológicas e opressoras que, no seu desejo de conter o impulso humano para ação, utilizaram de recursos, que não constitui o âmbito político, como a violência, que tem como objetivo eliminar a espontaneidade humana.

No caso de nossa autora, a experiência que ela denunciou foi o Totalitarismo, que com o uso da propaganda, da ideologia e da doutrinação desejou criar uma realidade lógica e coerente na qual as narrativas, a troca de experiências e opiniões fossem contidas pela mentira, pela

³ Essa é a hipótese apresentada por Mariana de Matos Rubiano, no texto *Discurso político e fala pública: um diálogo entre Hannah Arendt e Marco Túlio Cícero*: “Tanto para Cícero como para Arendt, o discurso político está ligado à persuasão e ao debate, não ao domínio e manipulação do público, mas à formação política. Para tanto, ambos apontam que é fundamental a existência de um espaço público onde os cidadãos possam interagir por meio da palavra, um lugar em que os homens possam mostrar sua singularidade e excelência. (RUBIANO, 2014, p.169).

perseguição, pelas ameaças veladas e insinuações indiretas, deixando, portanto, de constituir o mundo comum. Com os movimentos totalitários, a fala deixa de ser potencial para a revelação e se caracteriza em um instrumento de intimidação e violência contra todos que se recusam a atender as imposições do líder totalitário, como ela argumenta no texto *Imperialismo totalitário: reflexões sobre a revolução húngara*.

A questão é que o impacto da realidade factual, como todas as outras experiências humanas, precisa da palavra para sobreviver ao momento da experiência, precisa da conversa e da comunicação com os outros para permanecer segura de si. A dominação total é bem sucedida quando consegue interromper todos os canais de comunicação – aqueles entre pessoas, que se dão no limite das quatro paredes da privacidade, não menos do que os canais públicos, resguardos nas democracias pelas liberdades de expressão e de opinião (ARENDR, 2018, p.70).

Ocorre que, quando um regime utiliza a palavra para promover a violência e sufocar a contra-argumentação, separando-a radicalmente da ação, o discurso deixa de relacionar os homens intersubjetivamente, pois perdeu sua dimensão republicana, passando a ser simplesmente uma fala mecânica, a exemplo das falas de Hitler, da propaganda totalitária, dos clichês de Eichmann, ou das negociatas dos agentes públicos das democracias liberais. Nesses exemplos, o discurso e a ação deixam de se relacionar, pois não mais revelam a identidade do ator, e “em lugar de homens que agem teríamos robôs executadores a realizar coisas que permaneceriam humanamente incompreensíveis” (ARENDR, 2010, p.223), pois já não temos uma ação política, mas uma ação muda e a “ação muda deixaria de ser ação, pois não haveria mais um ator; realizador de feitos, só é possível se for, ao mesmo tempo, o pronunciador de palavras” (ARENDR, 2010, p.223).

A aliança entre ação e discurso, entre a capacidade dos homens de instaurarem um feito, realizarem um acontecimento, fundarem realidades imprevisíveis e anunciarem esse feito junto aos demais com os quais vivenciam a alegria de participar do mundo comum, materializando o ato realizado, é o que fundamenta a noção de poder para Arendt. Contra a tentativa dos governos totalitários de divorciar palavras e atos, de empregar a palavra sem revelar realidades, mas para velar intenções, e o ato para destruir e violar direitos, Arendt nos lembra que o poder não é sinônimo de dominação, mas é a realidade que surge entre os homens, alicerçada na atuação conjunta e no direito de manifestar pensamentos e ideias. É por isso, para lembrar a aproximação de Arendt com a tradição republicana, que quando a retórica passou a constituir parte da vida pública em meados do século XIV, no contexto do Humanismo cívico, em vários círculos intelectuais da Itália e também fora dela, a sua finalidade não era o refinamento intelectual dos homens públicos, nem de tornar-se instrumento (*techné*) de controle das mentes e ideias que permeia o jogo político, mas de preparação para o exercício da vida pública, onde a eloquência é tanto meio de sabedoria, como condição para o agir político.

Referências bibliográficas

ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo e revisão de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARENDR, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Trad. Virginia Starling e organização de Heloísa Starling. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018.

ARENDR, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.

- ARENDR, Hannah. *Sobre a revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.
- ARENDR, Hannah. *O que é política?* Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006
- ADVERSE, Helton Machado. *Maquiavel – Política e Retórica*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo. Martins Fontes, 2006.
- ARISTÓTELES. *La politique*. Tradução de J. Tricot. Paris: Vrin, 1982.
- BARON, Hans. *The Crisis of the Early Italian Renaissance: Civic Humanism and Republican Liberty in an Age of Classicism and Tyranny*. Princeton, New Jersey. Princeton University Press, 1955.
- BIGNOTTO, Newton. *Pensar a república*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- BRUNI, Leonardo. Diálogo para Pier Paolo Vergerio. In: BIGNOTO, N. *Origens do Republicanismo Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- CICERO. *Do orador*. Tradução de Adriano Scatolin. In: SCATOLIN, Adriano. *A invenção no Do orador de Cícero: um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23*. São Paulo. 313 páginas. Tese de Doutorado. Programa de Letras Clássicas do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.
- CICERO. *As Catilinárias*. Trad. Artur Costrino. São Paulo: Edipro, 2019.
- LAFER, Celso. A política e a condição humana (posfácio). In: *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- RUBIANO, Mariana. Discurso político e fala pública: um diálogo entre Hannah Arendt e Marco Túlio Cícero. *Princípios Revista de Filosofia*. Natal (RN), v. 21, n. 35. janeiro/junho de 2014, p. 159-179.
- VERNANT, Jean-Pierre. *As Origens do pensamento grego*. Tradução de Ísis Borges. B da Fonseca. Rio de Janeiro. Difel, 2013.

Sobre a autora

Elivanda de Oliveira Silva

Doutora em Filosofia pela UFMG. Prof.^a de Filosofia na Universidade Federal do Piauí. É integrante da Rede de Mulheres Filósofas da América Latina da UNESCO. Email: elivandaos@gmail.com

Recebido em 10/03/2020

Aprovado em: 25/07/2020